

**CONTINUAR UNIDOS**  
PELAS VITÓRIAS DO PS

# MOÇÃO DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA

MANUEL PIZARRO 2020



Coordenador da Moção: João Torres (Maia)

Redatores:

Cristiana Fernandes (Póvoa de Varzim)

Cristiana Leite Cruz (Penafiel)

Eduardo Barroco de Melo (Vila Nova de Gaia)

Filipa Magalhães (Amarante)

João Pereira da Silva (Matosinhos)

Luísa Felizardo (Trofa)

Marco Ferreira (Trofa)

Nelson Oliveira (Lousada)

Pedro Braga de Carvalho (Porto)

Rui Teixeira (Vila Nova de Gaia)

Sofia Andrade (Santo Tirso)

 [manuelpizarrocandidatura2020@gmail.com](mailto:manuelpizarrocandidatura2020@gmail.com)

 [continuarunidospelasvitoriasdops](https://www.instagram.com/continuarunidospelasvitoriasdops)

 [pelasvitoriasdops](https://www.facebook.com/pelasvitoriasdops)

 [manuelpizarro17](https://www.facebook.com/manuelpizarro17)



# ÍNDICE

- 1.** Continuar unidos pelas vitórias do PS
- 2.** Defender uma gestão coesa e descentralizada do território
- 3.** Investir numa sociedade de direitos e de bem-estar
- 4.** Crescer focados na inovação, na transição digital e na sustentabilidade
- 5.** Responder à emergência climática
- 6.** Afirmar o Norte nos contextos nacional, europeu e global
- 7.** Inovar nas fórmulas de participação cívica e partidária
- 8.** Vencer as Eleições Autárquicas de 2021



# 1. CONTINUAR UNIDOS PELAS VITÓRIAS DO PS

A Federação Distrital do Porto do Partido Socialista é hoje uma estrutura atenta, viva e mobilizadora. Somos um agente interventivo na vida do partido e da região. Apoiamos o Governo e afirmamos uma agenda política que tem em consideração as especificidades do nosso território. Procuramos ir ao encontro das expectativas dos nossos militantes e simpatizantes, assim como de todas as populações e comunidades.

Esta candidatura assenta na prestação de contas pelos resultados dos dois últimos mandatos, mas, fundamentalmente, na renovação de uma ambição que tem alcançado resultados inequívocos. Nos últimos quatro anos, globalmente, o Partido Socialista (PS) venceu todos os atos eleitorais no distrito. Em 2017, ganhámos as Eleições Autárquicas em 11 de 18 concelhos. E no último ano, em 2019, vencemos as Eleições Europeias, elegendo dois deputados desta federação para o Parlamento Europeu, e as Eleições Legislativas, neste último caso, com uma votação superior à soma da dos dois principais partidos da direita.

Portugal progrediu e superou-se desde 2015. A pobreza e as desigualdades diminuíram, graças ao aumento das pensões e do salário mínimo nacional e à melhoria generalizada das prestações sociais. Foi histórica a solução política encontrada na sequência das eleições desse ano, quebrando-se uma fronteira entre o PS e as forças políticas que se posicionam à sua esquerda. O XXI Governo Constitucional focou-se, justamente, no reforço de direitos sociais e na devolução de rendimentos, depois de quatro anos de austeridade, profundamente nociva para Portugal. Foi também no anterior Governo socialista que se lançaram as bases políticas para vencer alguns dos atrasos estruturais mais significativos com os quais ainda nos confrontamos. Desde logo, foi com a governação do PS que foram dados sinais e materializadas ações concretas de justiça para com o distrito do Porto e a região Norte, indo ao encontro de ideias e objetivos políticos definidos pela nossa estrutura, por exemplo, no plano da descentralização.

A consolidação financeira e orçamental do país é hoje uma realidade e o rigor uma imagem de marca dos socialistas, contra as expectativas de todos os que anunciaram, erradamente, que os resultados das políticas públicas seguidas pelo Governo encaminhar-nos-iam para uma crise sem precedentes. O crescimento da economia tem assegurado o objetivo de prosseguir esse esforço de consolidação, protegendo as atuais e futuras gerações, e salvaguardando o desígnio de uma década de convergência com a União Europeia. É fundamental continuar esse caminho, com políticas inclusivas, que combatam as assimetrias e desigualdades, e estabelecendo balanços justos, geradores de confiança na sociedade, missão para a qual um Estado presente e interventivo tem especiais responsabilidades.

O mundo é hoje um lugar complexo e a Europa vive momentos de indefinição. A transição de uma realidade geopolítica unipolar para um contexto de afirmação de múltiplas potências emergentes exige uma intervenção mais eficaz da União Europeia. O projeto europeu continua a ser a construção política mais fascinante da História e nele, apesar das adversidades, continuamos a acreditar para a necessária afirmação de um mundo mais livre e igual. Ao discurso do ódio afigura-se imperioso responder, vivamente, com a mensagem humanista que subjaz, em última análise, à fundação do PS.

Os próximos dois anos serão desafiantes. É por isso fundamental a unidade em torno de uma ação política que não defraude as expectativas de todos os que em nós depositam a sua confiança. Tendo como ponto de partida o resultado das últimas Eleições Legislativas, defendemos a primazia do diálogo e cooperação política à esquerda, sendo nesse espaço político que encontramos denominadores comuns imprescindíveis à concretização do projeto de governação que apresentamos ao país. Da luta por mais igualdade ao reforço do Serviço Nacional de Saúde e da Escola Pública, da luta contra todas as formas de discriminação ao desafio da emergência climática, é primordialmente com as forças e movimentos políticos de esquerda que poderão ser encontradas, no XXII Governo Constitucional, as melhores estratégias de desenvolvimento para Portugal.

Em 2021, terão lugar as Eleições Autárquicas. O trabalho de preparação deste momento eleitoral constitui, naturalmente, uma prioridade. Se, nos últimos anos, foi amplamente reforçada a ação política dos socialistas do distrito do Porto, no âmbito do Poder Local, o trabalho de preparação deste escrutínio eleitoral exigirá foco e concentração, assim como contínuo suporte às estruturas concelhias e de secção. Fomos, somos e continuaremos a ser uma federação presente, dialogante e inclusiva, aberta e plural, e por isso é tão relevante a estabilidade, que, não sendo um fim em si mesma, melhor poderá conduzir a que alcancemos os nossos múltiplos objetivos, nos planos europeu, nacional, regional e distrital.

É neste contexto que vivemos hoje, conscientes do trabalho que importa prosseguir, em todas as frentes, mas sublinhando os avanços inequívocos que beneficiaram Portugal e os Portugueses, num momento em que se aproxima a celebração de 50 anos de democracia. E é também por esse motivo que, com esta moção, renovamos a ambição da Federação Distrital do Porto, com base em oito eixos orientadores, que conformam a própria estrutura deste documento. **Continuar unidos pelas vitórias do PS, defender uma gestão coesa e descentralizada do território, investir numa sociedade de direitos e de bem-estar, crescer focados na inovação, na transição digital e na sustentabilidade, responder à emergência climática, afirmar o Norte nos contextos nacional, europeu e global, inovar nas fórmulas de participação cívica e partidária e vencer as Eleições Autárquicas de 2021** são os pressupostos e os compromissos desta candidatura.

No próximo biénio, continuaremos a ir ao encontro do princípio inabalável de que, connosco, palavra dada é palavra honrada. O PS fala e falará, no Porto, à moda do Porto. Criticamos com franqueza aquilo de que não gostamos,

mas sabemos bem de que lado estamos. E estaremos, como não poderia deixar de ser, sempre na linha da frente da defesa da governação e dos bons resultados do PS. Esta atitude política tem, necessariamente, de constituir a identidade da maior estrutura federativa dos socialistas portugueses.

A presente Moção de Orientação Política não cumpre apenas um requisito formal, antes configurando um repositório de ideias, compromissos e orientações, em si mesmos úteis e oportunos para o ciclo político que se inicia e avizinha, pontuado pela realização de um escrutínio eleitoral da maior relevância, mas sem deixar de atender à importância de todas as dimensões da vida política.

**Em 2020, queremos renovar a ambição no futuro. Valorizamos os resultados alcançados nos últimos anos, mas não esquecemos que a realização de Eleições Autárquicas se reveste de especial importância, no distrito e no país. Apoiamos convictamente a ação governativa, não deixando de sinalizar, com frontalidade, as suas insuficiências. Vivemos um tempo de progresso e queremos que esta continue a ser uma oportunidade singular para reduzir desigualdades, aproximando pessoas, comunidades e territórios. Unidos, faremos da Federação Distrital do Porto, como até agora, a maior e mais mobilizadora estrutura do PS.**

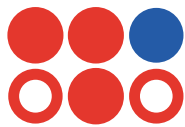
## 2. DEFENDER UMA GESTÃO COESA E DESCENTRALIZADA DO TERRITÓRIO

A atualização do modelo de gestão e organização territorial constitui a verdadeira reforma do Estado, porque não visa apenas o aumento da eficiência, equidade e eficácia dos serviços públicos – o que já seria suficiente para a sua defesa – mas sobretudo porque também garante poder de decisão sobre a estratégia de desenvolvimento de cada região, com base no princípio da **subsidiariedade**. O modelo previsto na Constituição da República Portuguesa, que consiste na criação de uma nova unidade administrativa de âmbito regional com eleição direta pelos cidadãos, permite que as políticas, de escalas heterogéneas, sejam ajustadas a um novo nível de decisão, gerando benefícios para as populações, que escrutinam e decidem a governação a diferentes níveis, e torna a gestão pública mais eficiente, mitigando o atual desajustamento de escala entre os municípios e administração central.

A Federação Distrital do Porto defende, inequivocamente, a **regionalização**. O preceito constitucional de referendo obriga a que sejam criadas condições que garantam uma efetiva vitória da posição favorável para que a decisão não se prolongue novamente no tempo. Ao longo dos últimos anos, por uma série de motivos nem sempre justificados, cresceu o nível de desconfiança dos cidadãos para com os seus representantes. Ora, a prioridade deve hoje incidir na revigoração dessa confiança, para que o debate conducente a uma tomada de decisão sobre o tema não encontre os mesmos obstáculos do passado, nomeadamente a falsa ideia de que os organismos intermédios servem apenas para criar despesa ou até para favorecer o clientelismo político.

Acreditamos que o caminho deve ser iniciado com a consagração da eleição democrática dos dirigentes da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte por um colégio eleitoral composto pelos membros das câmaras e das assembleias municipais. Este passo consubstancia um efetivo reforço do seu papel a nível democrático e deve ser acompanhado pelo alargamento das suas responsabilidades em matéria de planeamento estratégico e organizacional dos serviços públicos.

O processo de **descentralização** em curso não substitui a regionalização administrativa, mas complementa a reforma do Estado que defendemos. Reconhecendo o progresso alcançado e a complexidade na gestão deste *dossier* num país com forte pendor centralista, em todas as suas aceções, consideramos que existe ainda uma margem substancial para melhorar o processo. Deste modo, defendemos o amadurecimento, sobretudo até 2021,



ano previsto para a concretização obrigatória da transferência de competências, dos mecanismos de ajustamento entre os diplomas universais e as diferentes realidades locais através de um diálogo efetivo, eficaz e transparente entre as autarquias locais e o Governo. Esse diálogo deve incluir acertos de calendário onde se justifique. E não esqueceremos oportunidades de descentralização e **desconcentração** noutras áreas, como por exemplo na Segurança Social, um sistema que assegura direitos básicos aos cidadãos e promove a igualdade de oportunidades.

Estando concluída a etapa de consensualização das responsabilidades com os diferentes organismos do Estado e as autarquias, afigurar-se-á oportuno avaliar a forma como a experiência estiver a ser desenvolvida nos municípios que já tiverem aceite cada uma das competências neste período voluntário e realizado os ajustamentos necessários, salvaguardando que este processo contribui para a convergência. Reforçamos, portanto, o nosso compromisso com os autarcas do distrito do Porto no sentido de se avançar para uma avaliação dos recursos patrimoniais, humanos e financeiros, por forma a que as competências sejam cumpridas eficazmente. Importa, para isso, desenvolver uma estrutura de apoio técnico partilhado para apoio ao exercício de novas competências pelos municípios e freguesias.

Os últimos anos demonstraram a importância do rigor na gestão orçamental e a necessidade de assegurar a qualidade na despesa pública. A **autonomia do Poder Local** tem demonstrado como é possível alcançar melhores resultados na aplicação dos recursos públicos. A Federação Distrital do Porto tem um profundo orgulho no trabalho dos autarcas. Portugal é hoje um país diferente e mais desenvolvido, em grande medida, devido às políticas públicas locais e à capacidade de resposta aos problemas das populações, muitas vezes em circunstâncias difíceis e solitárias. Nesse sentido, cremos ser justo e necessário o desenvolvimento de uma solução que inverta, em determinadas circunstâncias, a reforma administrativa promovida pelo Governo PSD/CDS, que não trouxe nenhum dos benefícios outrora anunciados, nomeadamente ao nível da poupança financeira ou eficácia das políticas. Defendemos a correção dos erros desta reforma através da criação de um conjunto de critérios que permitam que as assembleias municipais possam, se assim entenderem, reavaliar o processo e apresentar uma **reforma administrativa** associada às especificidades e necessidades do seu território.

As **assimetrias territoriais** assumem uma dimensão transversal. Não só o Tâmega e Sousa apresenta características muito distintas da Área Metropolitana do Porto, como esta última apresenta muitas disparidades intrarregionais. A população da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa sofre ainda sérias restrições no acesso potencial a serviços públicos, o que favorece fenómenos de exclusão social, mesmo que apresente uma indústria especializada, nomeadamente em setores tradicionais, como o vestuário, o calçado, o mobiliário ou a metalomecânica, altamente empregadora e que incorpora já importantes elementos de inovação. O **Tâmega e Sousa** deve ser olhado como uma sub-região de elevado potencial e deve receber o financiamento adequado para superar estrangulamentos que limitam o seu desenvolvimento, designadamente nos domínios da educação, da formação e da mobilidade. Por sua vez, a **Área Metropolitana do Porto**, para



além do potencial de infraestruturas e recursos humanos, apresenta igualmente uma trajetória de crescimento de indicadores de desenvolvimento, nomeadamente ao nível das qualificações e perfil empresarial intensivo em tecnologia e conhecimento, que se tem traduzido numa maior eficácia na criação de riqueza e na capacidade demonstrada pelo tecido empresarial para competir no contexto internacional.

Nos últimos anos, com a liderança da Área Metropolitana do Porto e da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa pelo PS, percebemos que as associações de municípios têm um papel fundamental no desenvolvimento dos **territórios**, promovendo políticas de mobilidade, turismo ou de intervenção social integradas com impacto muito relevante na qualidade de vida das populações. Com a introdução do Programa de Apoio à Redução Tarifária, foi possível garantir um passe único para o transporte público na Área Metropolitana do Porto, bem como reduzir o preço do transporte na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e entre esta e o Porto.

**Continuamos empenhados na defesa de um paradigma de governança para Portugal capaz de compatibilizar os domínios da coesão social e territorial. A descentralização assume-se, neste plano, como uma força motriz que nos permitirá, no futuro, avançar para a regionalização, através da legitimação de organismos intermédios do Estado por via de um escrutínio eleitoral alargado. Desta estratégia e destas reformas dependem, em grande medida, a mitigação das desigualdades territoriais no distrito do Porto e na região Norte, assim como a afirmação de um modelo de desenvolvimento mais equilibrado para Portugal.**



## 3. INVESTIR NUMA

# SOCIEDADE DE DIREITOS

# E DE BEM-ESTAR

Vivemos, no distrito e no país, um momento encorajador no processo de construção de uma sociedade de direitos e de bem-estar. No que concerne à habitação, o Estado, através da Constituição da República Portuguesa e, agora, também por disposição da Lei de Bases da Habitação, assume a sua responsabilidade de garantir a todos os cidadãos, sem exceção, o acesso a uma habitação digna, onde se possa viver com qualidade de vida, fomentando maior coesão e uma melhor saúde física e psicossocial.

Atualmente, a revolução tecnológica, a transição energética e outras problemáticas globais convocam-nos para múltiplos e renovados desafios em matéria de habitação e, muito em particular, no que diz respeito à **habitação pública**. Se, no passado, as políticas públicas de habitação surgiram para resolver situações de carência e pobreza extrema, assistimos hoje a uma alteração de paradigma. Também os mais jovens, os estudantes, a classe média em geral e até os mais idosos confrontam-se, não raras vezes, e sobretudo nos grandes centros urbanos, com a impossibilidade de aceder a uma habitação digna, quer pelo baixo poder de compra – motivado por condições laborais precárias, baixos salários ou pensões reduzidas – quer pela forte pressão imobiliária a que alguns territórios estão sujeitos.

A **gentrificação** é um fenómeno transformador das dinâmicas das cidades. É necessário, por isso, ter um horizonte estratégico, com uma abordagem holística e integrada, abandonando o conceito pejorativo e exclusivo de habitação pública para pessoas carenciadas e vulneráveis, caminhando para um conceito inclusivo. Urge reforçar o investimento público em residências universitárias, o apoio na aquisição da primeira habitação e continuar a pugnar por rendas acessíveis. As políticas públicas lançadas pelo Governo estão alinhadas com esta visão, mas é necessário ir mais longe. A Federação Distrital do Porto do PS defende um maior equilíbrio entre a habitação pública e privada em Portugal, como sucede, desde logo, nos países mais desenvolvidos do espaço europeu.

Importa pensar os aglomerados populacionais como um todo, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista territorial, conciliando vários aspetos essenciais à vida em comunidade, como a mobilidade, o urbanismo, a sustentabilidade e o ambiente. Devemos pensar uma habitação que permita o acesso livre e autónomo dos cidadãos a serviços públicos fundamentais, orientada para o espaço coletivo, aberta às questões da cidadania e exaltando o direito à fruição da cidade e dos territórios. A implementação de projetos transformadores só será possível com o envolvimento e estreita colaboração entre a administração central e as autarquias locais, que desenvolvem

uma relação de proximidade com as suas populações e possuem maior conhecimento da realidade, permitindo uma melhor gestão e utilização dos recursos. O investimento numa habitação digna e adequada é, simultaneamente, um investimento na igualdade, na inclusão, na saúde: no fundo, na felicidade e qualidade de vida dos cidadãos.

A **mobilidade** assume-se como um desafio estrutural da nossa sociedade, quer pela sua importante contribuição para o desenvolvimento sustentável, quer pelo seu papel estruturante na coesão territorial e no combate às desigualdades. Uma transição equilibrada do modelo atual, assente no transporte individual, para um modelo de transporte coletivo intermodal afigura-se essencial. A mobilidade tem sido uma grande aposta do Governo e das autarquias do nosso distrito, numa profícua relação de parceria, mas persistem problemas que urge resolver, muitos dos quais exigem investimento público.

A Federação Distrital do Porto acredita que a aposta na **ferrovia** tem de continuar a ser uma realidade. Na ferrovia, ao fim de 20 anos de promessas incumpridas, a Linha do Douro foi eletrificada entre Caíde de Rei e o Marco de Canaveses. A CP, que se encontrava em estado de agonia pela ação do governo da direita, recebeu um novo impulso com a reabertura das oficinas da antiga EMEF de Guifões, em Matosinhos, recuperando assim a sua capacidade produtiva, num processo que nos comprometemos a acompanhar com atenção. Defendemos a valorização da Linha de Leixões, por forma a facilitar o transporte de mercadorias daquele que é um vetor fundamental para as exportações do nosso distrito e para a captação de investimento, mas também o estudo do transporte de passageiros nesta linha, servindo milhares de pessoas que habitam e trabalham nas suas proximidades. Defendemos também a resolução dos problemas da Linha do Tâmega, entre Livração e Amarante, reavivando um troço de grande potencial que, por falta de investimento, se encontra há vários anos inativo. Dedicaremos especial empenho à aposta na nova Linha do Vale do Sousa (Valongo, Gandra, Rebordosa, Lordelo, Paços de Ferreira, Freamunde, Lousada, Felgueiras), que entendemos como projeto estruturante para o desenvolvimento de toda a região e para a aproximação dos seus níveis de qualidade de vida aos municípios vizinhos do Grande Porto.

No que concerne à ferrovia ligeira, acompanharemos de forma atenta e responsável o debate sobre a nova fase de expansão do Metro do Porto, com o objetivo de servir cada vez melhor um número maior de pessoas, não esquecendo o compromisso que assumimos para encontrar uma solução justa que sirva a população do concelho da Trofa. Depois de anos sem decisões, vamos assistir, ainda este ano, à extensão das suas linhas e foi já adjudicada a compra de 18 novas composições. A recente assinatura do protocolo que define as bases dos estudos para a nova fase de expansão do metro e do *metrobus*, entre o Governo e oito autarquias do distrito, demonstra bem a vontade política que existe para favorecer a mobilidade.

As mudanças ocorridas no distrito nestes anos de governação, de coordenação e de diálogo entre os municípios e o Governo, vão muito para além da mobilidade. Mas, no que à mobilidade diz respeito, queremos

destacar a reversão do processo de privatização da STCP, decidido pelo Governo PSD/CDS, e a conseqüente entrega da propriedade da empresa pública aos municípios onde presta serviço. Acresce que, progressivamente, entraram ao serviço 200 novos motoristas e foram adquiridos 300 novos autocarros movidos a gás, com baixas emissões de gases com efeito de estufa. Reconhecendo que horários e percursos adequados são fundamentais para aumentar o número de utilizadores do transporte público e a sua satisfação, acreditamos ser indispensável um conjunto de infraestruturas de apoio a estes serviços, das quais são exemplo os sistemas *Park&Ride* junto dos principais pontos de acesso ao transporte coletivo. Apesar de termos conseguido reduções significativas nos custos com o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, uma iniciativa verdadeiramente histórica e já anteriormente referida, devemos continuar a percorrer este caminho por forma a que o incentivo financeiro para a utilização de transportes públicos seja crescente.

Não sendo possível o transporte público suprir todas as necessidades da população, existe um conjunto de **infraestruturas rodoviárias** no distrito do Porto em que importa apostar, especialmente no Tâmega e Sousa, onde antigas reivindicações terão necessariamente de ser correspondidas. Defendemos a efetiva concretização da variante à Estrada Nacional 14 (EN14), do Itinerário Complementar 35 (IC35), da variante da Mesquinhata entre Baião e Cinfães, do acesso de Baião à Ponte de Ermida e do nó da A7 em Balasar, na Póvoa de Varzim, assim como a conceção da Circunvalação enquanto via de comunicação essencial entre os concelhos a nascente e a poente do coração metropolitano. Estes são, entre outros, investimentos justos e necessários.

Na génese ideológica do nosso partido e dos movimentos que lhe deram origem encontra-se, de forma inequívoca, a defesa dos **direitos dos trabalhadores** e a reivindicação por melhores condições de vida para aqueles que são a parte mais desprotegida das relações laborais. Para a Federação Distrital do Porto, apesar dos esforços desenvolvidos nos últimos anos, mantém-se a necessidade de combater sem tréguas fenómenos como a precariedade. Continuaremos a lutar pelo reforço de meios da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) como organismo de referência para assegurar a proteção dos trabalhadores e não deixaremos de pugnar pela valorização do fator trabalho, sob todas as formas e em todos os locais. Teremos especial atenção e preocupação com as novas formas que o trabalho assume e com as novas formas de exploração dos trabalhadores, advogando a defesa de um direito fundamental que hoje, quando inexistente, impacta muito nocivamente a qualidade de vida: o direito a desligar. Vemos com preocupação a degradação da taxa de sindicalização e, em alguns meios, a desvalorização da contratação coletiva, com tudo o que isso representa na desproteção dos trabalhadores, pois reconhecemos nas **organizações sindicais** o relevante papel de equilíbrio de forças na naturalmente desequilibrada relação laboral.

Ainda no âmbito das questões laborais, importa assinalar que os níveis salariais em Portugal continuam muito distantes dos praticados nos países mais avançados da União Europeia. O caminho de crescimento tem de atender a esta realidade, cabendo ao Estado a responsabilidade

de de liderar pelo exemplo. A promoção de **salários** mais altos e mais justos, designadamente no que diz respeito às disparidades observadas dentro das mesmas organizações, constitui uma urgência e uma inevitabilidade que, em última análise, é igualmente necessária para assegurar um crescimento económico sólido e duradouro, assim como para evitar cenários de emigração forçada como aqueles que o país viveu quando as políticas vigentes presumiam um país competitivo pelos seus baixos salários.

A Federação Distrital do Porto defende a promoção de salários mais elevados e o incremento significativo do salário mínimo nacional, assumindo ainda a necessidade de valorização da Administração Pública, um garante fundamental das funções do Estado. Apesar dos níveis historicamente baixos que o desemprego tem atingido, continuaremos a assumir o combate ao desemprego como prioritário, especialmente o que é tipificado como sendo jovem ou de longa duração. O emprego gerado tem de ser justo e de qualidade e devemos continuar a travar a batalha contra a contratação não permanente, especialmente alta nos mais jovens, e contra o *dumping* social, penalizando as empresas que recorram a este tipo de práticas

Enquanto socialistas, acreditamos que a **educação** é o mais eficiente mecanismo de mobilidade social, restringindo condições de partida e possibilitando a materialização e o exercício da liberdade. A Federação Distrital do Porto bater-se-á pela eliminação de todas as barreiras que impeçam a educação de funcionar como um verdadeiro elevador social e o mais forte mitigador de desigualdades. Na Escola Pública, o investimento dos últimos anos melhorou escolas em todo o distrito, de que são exemplos emblemáticos o Liceu Alexandre Herculano, no Porto, e as escolas secundárias de Amarante e de Ermesinde.

Numa altura em que o corpo docente se encontra bastante envelhecido, quer nos **ensinos básico e secundário**, quer no ensino superior, é fundamental continuar a apostar na contratação de professores, não só para suprir necessidades, como também para rejuvenescer esta carreira e potenciar o acompanhamento individualizado e personalizado dos estudantes. Defendemos, também, o aumento da formação pedagógica para docentes de todos os níveis de ensino, como mecanismo de valorização da docência e adaptação a novos contextos e realidades num mundo em constante mutação. A realidade presente exige aos jovens **competências e qualificações**, técnicas e pessoais, que o Perfil do Aluno estabeleceu devidamente e que devem ser centrais em todo o processo educativo. Em referência ao combate ao insucesso escolar, absolutamente prioritário, defendemos o envolvimento dos municípios neste combate enquanto agentes de proximidade que conhecem, melhor do que ninguém, o contexto de cada escola e de cada criança.

Num distrito marcado pelo prestígio de instituições como a Universidade do Porto e o Instituto Politécnico do Porto, o **ensino superior** não poderia deixar de ser uma prioridade para a Federação Distrital do Porto. Defendemos a eliminação gradual de custos associados à frequência destes níveis de ensino, quer para aqueles que concluem a escolaridade obrigatória, quer para aqueles que frequentaram níveis superiores de estudo, mas não os concluíram,

promovendo o seu regresso e a conclusão dos seus percursos formativos. Pelo caminho, não podemos esquecer os estudantes do **ensino profissional** e a adequação do modelo de acesso a níveis superiores de ensino ao seu percurso educacional. O distrito do Porto e a região Norte, em grande medida responsáveis pelo crescimento económico do país e das suas exportações, necessitam de população qualificada e de docentes e formadores motivados para assegurar a democratização do conhecimento.

O **Serviço Nacional de Saúde (SNS)** é uma das realidades fundamentais do regime democrático. Assegurar cuidados de saúde de qualidade a todos os cidadãos, de forma universal, é uma prioridade central na ação política do PS. Após quarenta anos de sucesso e amplo consenso, o SNS enfrenta agora o difícil desafio de adaptação aos novos tempos, não se focando apenas no tratamento da doença, mas incentivando a prevenção e a promoção da saúde. A aposta na acessibilidade, na humanização de cuidados e na qualidade assistencial é estrutural.

O reforço do investimento no SNS é fundamental para a Federação Distrital do Porto, prosseguindo o caminho já iniciado e do qual são exemplo as obras da Ala Pediátrica do Hospital São João, do Hospital de Gaia, assim como os projetos nos Hospitais de Santo Tirso e da Póvoa de Varzim / Vila do Conde. Nestes anos, foram também construídos os novos centros de saúde de Baguim do Monte, de Campo, de Vilar do Andorinho, de Ramalde e da Batalha e outros tantos encontram-se em fase de obra. Verifica-se ainda a necessidade de continuar a investir no Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, promovendo uma melhor resposta do Hospital de Amarante.

É também urgente dotar o SNS de capacidade para responder melhor e com maior celeridade às necessidades dos cidadãos, simplificando o acesso, aproveitando os meios de proximidade, ampliando a capacidade de, num só local, o cidadão obter consulta, meios de diagnóstico e de terapêutica, evitando o constante reenvio para unidades dispersas e longínquas. Afigura-se imprescindível a garantia de acesso de todas as pessoas a um médico de família, hoje cada vez mais real, fruto da nossa ação governativa, e o combate às listas de espera para consultas e tratamentos. Em matéria de qualidade assistencial, importa generalizar o modelo de Unidades de Saúde Familiar, promotor de organização dos cuidados de saúde primários com ganhos em saúde e eficiência do ponto de vista económico.

Colocaremos o nosso empenho no desenvolvimento da rede de cuidados continuados e paliativos, fortalecendo a sua prática na comunidade, no domicílio dos idosos e dependentes e em instalações devidamente habilitadas para esse efeito. Portugal encontra no envelhecimento da sua população uma inevitabilidade para as próximas décadas, devendo as políticas públicas traduzir esta nova realidade. A qualidade de vida começa pelo bem-estar físico, mental e emocional, onde os programas de **envelhecimento ativo** e de combate à exclusão social são instrumentos cruciais. A Federação Distrital do Porto apoia a criação de programas de dinamização sénior, utilizando a reabilitação de edifícios públicos para a criação de centros comunitários intergeracionais, promovendo a atividade física, o convívio e a criação artística

e cultural como meios para a prevenção da exclusão social e solidão. Para o envelhecimento ativo serão também fundamentais as atividades ao ar livre, com as redes de percursos pedestres e cicláveis, bem como os parques de lazer. É também essencial a identificação e sinalização das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e isolamento, desenvolvendo sistemas de contacto regular e de teleassistência. As medidas de apoio aos cuidadores informais já aprovadas devem ser asseguradas, concretizadas e aprofundadas, conjugando-se com os modelos de cuidados formais.

Numa sociedade de direitos e bem-estar, que valoriza as pessoas, a inclusão dos **cidadãos com deficiência** deve ser um princípio norteador da ação política. A aposta na educação inclusiva, pilar da Escola Pública, será fundamental para a emancipação e integração no mercado de trabalho. Neste particular, parece-nos necessária a implementação dos balcões de atendimento inclusivo no distrito do Porto, bem como a dotação dos serviços públicos de ferramentas de comunicação para surdos e invisuais. A mobilidade é também essencial para a inclusão das pessoas com deficiência, seja através da sua acessibilidade do ponto de vista económico, seja na renovação urbana e no âmbito dos transportes. Os quarteirões inclusivos dos centros urbanos, com pavimentos táteis e passadeiras com sinais sonoros, são exemplos a replicar por todo o distrito. O acesso à participação política, bem como a promoção da sua inclusão nas funções públicas, devem também ser apoiados. Prestaremos ainda especial atenção ao fomento de ações no domínio da vida independente.

A **economia social** tem um papel determinante na criação de emprego, na igualdade de oportunidades e na promoção de bens sociais, ambientais e históricos que suportam o desenvolvimento local e regional. A continuidade no apoio e na valorização das instituições do terceiro setor é essencial na redução da pobreza e **combate às desigualdades**, fomentando-se a articulação com o Estado e as autarquias e melhorando os mecanismos regulatórios. Numa economia social de mercado as empresas devem ter também obrigações e responsabilidades perante os seus trabalhadores, os utentes, os consumidores e a comunidade. A Federação Distrital do Porto incentivará a responsabilidade social das empresas, para que estas dediquem uma parte dos seus resultados a fins sociais, educativos, culturais, de proteção ambiental ou patrimonial.

A **cultura** constitui uma importante dinamização da identidade nacional, contribuindo para a inovação, desenvolvimento sustentado e competitividade da economia. A democratização do acesso à criação e fruição artísticas é, por isso, fundamental. O reforço do investimento neste domínio, em sede de Orçamento do Estado e através da intervenção das autarquias, é assim essencial para o distrito do Porto, que alberga das melhores instituições culturais e das mais relevantes coletividades artísticas. É necessário garantir, porém, a independência da criação artística e assegurar a liberdade das instituições culturais e dos seus agentes. A preservação do património histórico e museológico, bem como a valorização etnográfica e das tradições, constituem áreas prioritárias da Federação Distrital do Porto. Marcos culturais como a Casa da Música, a Fundação de Serralves, a Casa da Arquitetura, o Centro Português de Fotografia, o Teatro Nacional São João ou a Rota do Românico, entre outros, merecem apoio e projeção contínuos.

Numa sociedade com estilos de vida cada vez mais sedentários, a **prática desportiva** tem de ser promovida e incentivada, tendo especial atenção aos mais jovens e criando desde cedo hábitos de vida saudável, também no que concerne à nutrição. O desporto escolar é um programa de sucesso reconhecido e devemos continuar a sua promoção entre os estudantes portugueses, universalizando o acesso à prática desportiva em contexto escolar. Por outro lado, continuaremos a defender a luta contra um dos maiores flagelos do desporto: a violência e a discriminação em contexto desportivo. O racismo, a xenofobia ou a homofobia e qualquer forma de violência são tão intoleráveis no desporto como noutra qualquer contexto da sociedade e devem ser combatidos neste campo com igual veemência e determinação.

Apesar dos grandes avanços legislativos em matéria de **igualdade de género** verificados nos últimos anos, as assimetrias de oportunidades persistem. A grande problemática da desigualdade entre homens e mulheres assenta em questões laborais. As mulheres ganham menos para as mesmas funções e têm menor probabilidade de ocupar cargos de chefia, estando mais sujeitas a condições de trabalho precárias e a maior risco de pobreza. A desigualdade de género nos salários terá o nosso permanente combate. Relativamente à vida familiar, verifica-se que as mulheres continuam a ser as principais responsáveis pela execução de tarefas domésticas e de cuidado da família. Apesar de a lei já garantir que a licença de parentalidade possa ser partilhada pela mãe e pelo pai, continuam a ser poucos os homens a usufruir deste direito, em muitos casos devido ao receio de estigmatização no local de trabalho.

É premente a sensibilização da sociedade para a importância da paternidade e para o direito e obrigação igual do acompanhamento dos filhos e é fundamental permitir às mulheres uma melhor conciliação da vida profissional, pessoal e familiar. Promover a **natalidade** depende da construção efetiva de uma sociedade de direitos e bem-estar, onde os temas da conciliação são decisivos. Com efeito, o reforço da rede de creches e de assistência à infância continua a merecer, neste domínio, atenção e prioridade.

Intrinsecamente associada às questões de precariedade e desigualdade laborais encontra-se a **violência de género**. Em 2019, morreram 26 mulheres vítimas de violência doméstica. É urgente proteger as mulheres de atos violentos. Entendemos que, para isso, é indispensável reduzir o fosso de desigualdades no mundo laboral, promovendo o empoderamento das mulheres para uma maior autonomia, independência e valorização pessoal. A Federação Distrital do Porto manter-se-á na linha da frente da defesa intransigente da igualdade entre homens e mulheres.

Ao longo dos tempos, os perfis migratórios têm evoluído e sofrido mutações, em grande medida, como consequência da globalização, de crises financeiras e de conflitos. Os impactos dessas **migrações** são diversos e devemos estar preparados para lhes dar resposta. Não podemos encarar com distanciamento e ligeireza o drama humano que se vive no Mediterrâneo. Nos últimos quatro anos, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), morreu uma criança migrante quase todos os dias. É essencial zelarmos pela



valorização da Humanidade. Deve fazer parte do nosso trabalho político a promoção da segurança nas migrações, do acolhimento e integração dos imigrantes, através do reconhecimento no acesso aos serviços públicos e na promoção dos seus direitos. O respeito pelos **Direitos Humanos** é intransponível.

Defendemos uma escola mais inclusiva e atenta que instrua para a **aceitação da diferença**, assim como, um investimento na educação e formação da sociedade para as questões da inclusão e da igualdade. São cruciais políticas públicas, promovidas pelo Governo e pelos municípios, destinadas ao combate a todas as formas de discriminação. É possível construir um país onde não se verifique discriminação de qualquer natureza e é nesse modelo que acreditamos: um país que não esquece os mais jovens, os idosos, a comunidade LGBTQ+, os imigrantes, as pessoas das mais diversas etnias, culturas ou crenças religiosas.

Portugal tem procurado corrigir as desigualdades em nome da dignidade humana, da tolerância e respeito por todos, estando o PS na linha da frente da defesa dos direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos. Apesar de todos os avanços civilizacionais e legislativos em matéria de direitos, a discriminação ainda está presente na sociedade portuguesa. É preciso continuar a trabalhar numa agenda de defesa intransigente dos direitos das minorias, uma agenda transversal, que congregue e una todos, sem exceção. Hoje, assistimos à ascensão de movimentos populistas e demagógicos um pouco por todo o mundo e, mais recentemente, também em Portugal, que deve merecer a preocupação. Trabalhar a promoção da igualdade é um antídoto necessário para estes fenómenos demagógicos. Pugnamos pela defesa intransigente da igualdade, pilar democrático fundamental, enquanto meio libertador de todas as mulheres e de todos os homens.

No âmbito de novas agendas de direitos, matérias como o **bem-estar animal** têm ganho relevância na nossa sociedade. É preciso replicar em todos os municípios experiências muito positivas que alguns têm concretizado, de proteção dos animais errantes e da sua adoção. O transporte de animais vivos, muitas vezes sem as condições de higiene e segurança que assegurem a dignidade, é uma prática recorrente para a qual é necessária melhor regulação. Devemos continuar a adotar medidas conducentes à consagração do bem-estar animal no ordenamento jurídico, em linha com as posições que o PS vem adotando neste domínio.

Por sua vez, os **direitos digitais** implicam um acompanhamento atento da evolução da economia e da sociedade, instando a esforços conjuntos entre autoridades nacionais e europeias e à atualização e adaptação do ordenamento jurídico, garantindo-se um acesso cada vez mais amplo e seguro à Internet e a tecnologias de informação e comunicação.

Acreditamos que o desenvolvimento de uma sociedade de direitos e bem-estar constitui a identidade do Partido Socialista. A defesa intransigente da igualdade, que não será possível sem a intervenção do Estado, convoca todos para a ação política. O Estado Social é um pilar fundamental da nossa democracia e só poderemos corresponder às legítimas aspirações das populações, assim como mitigar as assimetrias distritais, se reconhecermos na habitação, na educação, no emprego, na mobilidade e na saúde os vetores fundamentais de um projeto progressista de desenvolvimento. Responder ao desafio demográfico depende de todas estas dimensões.

## 4. CRESCER FOCADOS NA INOVAÇÃO, NA TRANSIÇÃO DIGITAL E NA SUSTENTABILIDADE

Defendemos um projeto de crescimento e de progresso ambiciosos para o distrito e para a região. A concretização dessa estratégia é indissociável do aumento e melhoria das condições de produtividade e internacionalização. É igualmente indissociável da melhoria das condições de trabalho, nomeadamente salariais, como referimos anteriormente. Afirmamos, sem subterfúgios, o papel determinante do Estado no **desenvolvimento económico**, seja pela regulação, pelo investimento ou pela política fiscal, seja pelos direitos laborais ou pela diplomacia económica: governos, autarquias e comunidades intermunicipais têm evidentes responsabilidades neste âmbito.

O PS assumiu, desde 2015, a construção de uma **alternativa política à austeridade** que corrigiu as contas públicas, assegurando a reposição de rendimentos. Essa estratégia permitiu a retirada de Portugal do Procedimento em Caso de Défice Excessivo. Hoje, é amplamente conhecido e reconhecido que a evolução da economia portuguesa e o controlo das contas públicas colocam o nosso país numa posição mais confortável do que em 2015. Se, no final de 2015, o défice se situava em 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2018, esse valor foi de apenas 0,4% do PIB, apontando-se um valor de 0,1%, em 2019, e, pela primeira vez, um excedente orçamental, em 2020.

A estimativa de um *superavit* no exercício orçamental de 2020 não elimina a necessidade de cuidados na gestão das contas públicas. Em 2015, o ano terminou com uma dívida pública em função do PIB de 131,2%, que se reduziu em 13 pontos percentuais, em 2019, para 118,2%. Ainda assim, este valor é quase o dobro do limite inserido no Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia, que é de 60% do PIB. A política macroeconómica portuguesa tem resultado nos últimos anos e, se urge diminuir a dívida, este é o momento ideal para o fazer. A questão fundamental não é o cumprimento de regras europeias, ainda que elas tenham importância, mas sim a capacidade de evitar novos choques que prejudiquem os cidadãos. A **consolidação orçamental** não é uma obsessão: antes se constitui como a forma de garantir que a redução de dívida se faz por via do excedente orçamental e por via do efeito sobre as taxas de juro. Essa redução em condições favoráveis permite aliviar o peso do serviço de dívida e antecipar o seu pagamento, libertando recursos para o investimento necessário. Para a Federação Distrital do Porto, recuperar autonomia financeira impõe-se como necessidade vital para alavancar o investimento público e consolidar a trajetória de convergência com a União Europeia.

Propomos um pacto de desenvolvimento para a região Norte que permita igualar o PIB *per capita* nacional num horizonte temporal curto e manter uma aproximação deste indicador ao nível médio europeu. Não nos resignamos à manutenção da condição de umas das regiões mais pobres da União Europeia. E, para tal, começando pelo distrito do Porto, urge debelar as principais dificuldades estruturais que os nossos empresários e trabalhadores enfrentam diariamente. A Federação Distrital do Porto advoga o reforço da **qualificação** dos trabalhadores e dos empresários e o foco nos setores mais produtivos da economia, que assentem a sua atividade em modos ambiental e socialmente sustentáveis. Para que tal seja possível, importa prosseguir um caminho de redução dos custos de contexto e de promoção de um investimento público criterioso e de qualidade. A par com estas prioridades, urge acelerar a incorporação de conhecimento e inovação nos processos produtivos, assim como a promoção da digitalização empresarial e da Administração Pública.

A redução dos custos de contexto, particularmente relevantes nas comunicações e energia, deve também ser acompanhada por um papel interventivo junto das empresas que prestam **serviços públicos essenciais**. Assim, a Federação Distrital do Porto não deixará de acompanhar, por exemplo, e tal como fez até agora, o nível de serviço prestado pelos CTT, uma empresa em que o Estado deve recuperar uma participação forte, que garanta níveis de prestação de serviço dignos e em proximidade com as pessoas, colocando um ponto final na degradação do serviço. Defendemos que o Estado deve regressar ao capital social e à gestão desta empresa, aproveitando a oportunidade de, em 2020, se realizar a renegociação do contrato de concessão do Serviço Postal Universal. Noutra dimensão, salientamos a importância de manter a RTP e a Lusa a par das dinâmicas do nosso território, continuando a recusar o enfraquecimento da sua atividade a Norte.

As duas primeiras décadas deste milénio têm sido marcadas pelo processo de ajustamento da nossa economia a três fatores que marcaram o contexto externo: o Euro, o alargamento da União Europeia a leste e a globalização, acompanhada pela concorrência dos mercados asiáticos em alguns setores. Este ajustamento trouxe dificuldades inevitáveis, mas demonstrou também a resiliência e a capacidade de adaptação dos nossos trabalhadores e empresários. Importa, neste contexto, reforçar a **competitividade e produtividade** da nossa economia. Trata-se de um desígnio de sobrevivência que deve alinhar investimentos públicos e privados com a ação do Governo, das autarquias e das empresas. A produtividade da economia regional é inferior aos níveis nacionais e, em parte, tal facto deve-se ao nível de qualificações dos nossos trabalhadores, ainda inferior ao que ambicionamos. Só um conjunto de transformações na qualificação dos trabalhadores, no investimento em equipamentos e processos mais modernos e em infraestruturas públicas otimizadas e ajustadas às necessidades permitirão o salto de produtividade necessário. Ganham relevância, neste contexto, um conjunto de investimentos públicos que priorizam a redução de custos de contexto das nossas atividades, permitindo uma melhor inserção nos nossos mercados de exportação. A prioridade à industrialização, que defendemos, tem efeitos práticos na especialização dos investimentos públicos a realizar e na modernização das estruturas do Estado que merece ser continuada.

O fomento da **Indústria 4.0** não pode deixar de equacionar alguns setores que ainda apresentam atrasos na evolução tecnológica. Nas empresas e nos organismos do Estado, não podemos descurar a sua modernização, digitalização e simplificação. Os programas de recapitalização das empresas – que envolvem Estado, empresas e banca – são um veículo de grande importância. Defendemos a orientação desses programas para o investimento em equipamentos que conduzam à melhoria de processos produtivos, impulsionando em continuidade projetos de Investigação e Desenvolvimento (I&D). Não deixaremos de acompanhar de perto os indicadores regionais relativos ao Valor Acrescentado Bruto e à Formação Bruta de Capital Fixo da indústria, sempre com foco na convergência nacional e europeia. Estaremos vigilantes relativamente aos instrumentos financeiros disponibilizados para suporte à inovação, empreendedorismo e internacionalização, nomeadamente no âmbito do próximo Quadro Financeiro Plurianual, depois dos erros cometidos no passado quanto à gestão do quadro vigente.

É necessário apoiar **clusters empresariais** como o têxtil, o metalomecânico, o mobiliário e o calçado, assim como a emergência de cada vez mais operadores económicos, nacionais e internacionais, que se dedicam ao setor dos serviços, aportando valor acrescentado à nossa economia e levando mais Norte ao mundo. Muitas das empresas que se situam no distrito do Porto ganharam expressão com base no *know-how* de gerações e importa acompanhar e incentivar a sua transição às novas dinâmicas de mercado. Empresas capitalizadas e inovadoras devem conduzir necessariamente à fixação de trabalhadores mais bem remunerados e mais produtivos. Poucas regiões apresentam uma ambiguidade tão evidente entre potencialidades económicas e sociais e dificuldades de crescimento estrutural e sustentado. Mas, no distrito do Porto, encontram-se instituições de grande prestígio e preponderância, desde logo as estruturas científico-empresariais conexas ao ensino universitário, assim como infraestruturas logísticas aeroportuárias e marítimas cruciais para o país, como o Aeroporto Francisco Sá Carneiro e o Porto de Leixões, que contribuem decisivamente para a dinâmica exportadora de bens e para o trânsito internacional de pessoas.

A região Norte, exportadora por excelência, revê no Aeroporto Francisco Sá Carneiro e no Porto de Leixões dois **polos logísticos** fundamentais. Não podemos deixar de reafirmar a centralidade destas estruturas e a nossa convicção relativamente à necessidade de investimentos contínuos. Importa pensar estrategicamente as necessidades de expansão do aeroporto, prevenindo constrangimentos futuros, mesmo para além dos investimentos já previstos, e atendendo cada vez mais à necessidade de promover menos constrangimentos às populações e ao ambiente, nomeadamente no que concerne ao ruído e à poluição atmosférica. A evolução do número de passageiros transportados na última década foi exponencial. No imediato, a atenção à operação da TAP e da ANA e as suas responsabilidades perante a comunidade é um papel que assumiremos. A operação da TAP a partir do Porto e para o Porto é estratégica para o desenvolvimento regional e não nos resignamos à condição de aeroporto satélite do de Lisboa. Ainda no plano dos investimentos em infraestruturas, relevamos a expansão do Porto de Leixões e a melhorias das suas condições de interface rodoferroviário. Afir-

maremos a importância de investir na proliferação de plataformas logísticas regionais e nas ligações *last mile* às áreas de localização empresarial do distrito.

Os setores da economia associados aos bens não transacionáveis têm desempenhado um papel de crescente importância na última década. Os setores do comércio, serviços e turismo são fortemente geradores de emprego e transversais às diversas geografias e níveis de qualificação. O desenvolvimento de atividades de maior valor acrescentado é garante, através da incorporação de conhecimento e tecnologia, da deslocação para uma oferta mais criativa e inovadora, num contexto de crescente **servitização** da economia. O distrito do Porto e, em particular, a cidade do Porto, capital do noroeste peninsular com dimensão cultural, económica e infraestrutural, concentram um potencial elevado a explorar neste domínio: somos o centro de gravidade de um eixo de atividade económica que liga Aveiro a Vigo.

Defendemos uma visão para a atividade turística que incremente o valor por estadia e que potencie os diversos territórios do distrito. A Federação Distrital do Porto aposta no reforço da capacidade de nos apresentarmos como uma região multifacetada e acolhedora de todos os que nos visitam, garantindo uma regulação que proteja o património, a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental. O **turismo** é um setor fundamental para a economia, mas importa mitigar os seus potenciais impactos negativos, já anteriormente referidos. Continuar a abrir o mapa turístico de Portugal a todos os que nos pretendem visitar, possibilitando a outros territórios que aproveitem as oportunidades resultantes deste movimento, em particular nos de menor procura, deve constituir um eixo norteador da nossa visão.

Por sua vez, o setor do **comércio** merece uma especial consideração, designadamente no que diz respeito ao comércio local e de proximidade. Nenhuma região desenvolvida pode deixar à margem de uma estratégia de desenvolvimento o contributo destes operadores económicos para o crescimento, devendo, por isso, ser fomentadas iniciativas, quer de incentivo, quer de promoção, que acompanhem as especificidades dos empresários desta área, que tantas vezes somam valor cultural e social às atividades económicas. Ao comércio devemos, não raras vezes, a animação dos centros das cidades, vilas e aldeias, mas importa assegurar a sua adaptação a novos modelos de negócio e a novas demandas dos consumidores, cada vez mais atentos ao comércio eletrónico e ao impacto ambiental das suas opções de consumo.

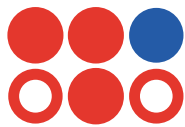
No terceiro setor, já antes mencionado, a Federação Distrital do Porto salienta que o papel da sociedade civil é assinalável: trata-se de um setor simultaneamente económico e social. A **economia social**, assente nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), misericórdias, associações, cooperativas e mutualidades, entre outros organismos, merece dinamização e apoio das entidades públicas, seja na coordenação e agregação de esforços de intervenção, seja na potenciação dos recursos humanos dedicados. Acreditamos numa economia para todos, onde todos têm um papel e uma responsabilidade: da microempresa à empresa de grande dimensão, do jovem empreendedor ao industrial experiente, a economia da região Norte tem na sua diversidade uma oportunidade única de crescimento.

O distrito do Porto compreende uma riqueza singular em recursos endógenos, fruto da diversidade territorial, que deve ser explorada e potenciada em prol das comunidades, dependendo necessariamente de políticas públicas sólidas e consistentes. A **economia do mar** assume uma importância única e crescente no século XXI, em particular pela preponderância da economia circular e da biotecnologia marinha. Estas abrem um campo de possibilidades económicas que vão para além da pesca, uma atividade em si mesma fundamental e que importa proteger. Especificamente no desenvolvimento da ciência associada a esta realidade, o conhecimento mais profundo dos recursos marinhos aporta grandes oportunidades à investigação farmacêutica, dos materiais, das enzimas e outras aplicações industriais e da biodiversidade. A biotecnologia azul é hoje responsável pelo aumento do valor acrescentado dos produtos da pesca e da aquacultura e pela exploração de novos recursos e aplicações ligados à investigação e inovação, que consolidam todas as atividades conexas.

É essencial fortalecer a ligação entre uma estratégia de investigação dirigida, que concilie as prioridades do território com as capacidades das instituições de investigação como o Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (CIIMAR), e que responda ainda às dificuldades empresariais. Precisamos de modernizar os processos produtivos e associados, com a digitalização dos processos logísticos portuários, sendo disso exemplo a Janela Única Logística. Urge ainda reforçar as condições laborais e de segurança no mar, bem como a regularização dos processos de contratação de imigrantes para a **pesca**. Para um aproveitamento sólido destas oportunidades, a Federação Distrital do Porto advoga o reforço do investimento público em infraestruturas, como anteriormente referido, bem como de investimentos para o setor das pescas, como o desassoreamento e construção de portinhos como o da Aguda.

De igual modo, o crescimento económico no distrito não pode ser indiferente ao setor da **agricultura** e ao papel das **florestas** na prossecução desse objetivo. A sua gestão e potenciação dependem de uma estratégia integrada para o território, que providencie ganhos de capacidade e qualidade de produção, bem como de exploração comercial. A gestão da floresta deve ter em conta a necessidade de cuidar, conservar e rentabilizar, pois é também com a sua valorização económica – em grandes áreas como em pequenas propriedades – que se fixa população e se garante a sua permanência. A exploração agrícola depende da capacidade de catapultar no mercado os produtos endógenos, requerendo uma estratégia de promoção, mas também de condições para a modernização da produção agrícola dentro dos limites do desenvolvimento sustentável. Responder a estas necessidades é essencial para reequilibrar o nosso défice agroalimentar e dinamizar a produção nacional.

A **ciência** deve ser prioritária para qualquer sociedade que se queira afirmar como um espaço aberto e global. É, justamente, este desenvolvimento que permite o avanço civilizacional, a melhoria da qualidade de vida e a resolução dos problemas com que as comunidades se deparam, robustecendo a capacidade produtiva e fomentando a inovação como mecanismos de pro-



gresso. As instituições de ensino superior e científicas carecem de um melhor funcionamento em rede e de coordenação estratégica, assim como de ligação crescente a uma outra rede, empresarial, que possa fixar no distrito o valor gerado pela nossa capacidade instalada.

A estratégia de *clusterização* permite que a investigação alimente uma plataforma de inovação que, simultaneamente, facilite a transferência de conhecimento, como hoje se faz em setores como o da saúde e ciências da vida ou das engenharias, recorrendo a instituições como o Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (i3S) e o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência (INESC TEC), entre outras. A inovação necessita de investimento na investigação fundamental, dotando as instituições de recursos, valorizando os trabalhadores em ciência, estabilizando as equipas e acrescentando massa crítica qualificada ao sistema científico nacional. Não prescindimos dos apoios públicos à contratação de doutorados como incentivo à qualificação da mão de obra empresarial, tão necessária a uma transformação dos sistemas de produção para novos produtos e serviços de alto valor acrescentado.

Outra condição essencial é a constituição de organizações de mediação entre as instituições de ciência e os mercados, que promovam a inovação e o aproveitamento do conhecimento científico. Uma **estratégia regional de inovação** não pode assentar em organizações públicas e público-privadas que funcionam como meras gestoras de fundos de investimento ou promotoras de formações avulsas. É essencial que ao Estado se reserve um papel de indutor ativo de inovação, funcionando como reservatório de conhecimento e participando em processos de seleção e desenvolvimento de inovação. Esta estratégia, com um desdobramento territorial que apoie a *clusterização*, constitui uma oportunidade para a definição de estratégias locais de inovação e para a alteração do paradigma atual de inovação, que remete a coisa pública para o mero papel de facilitador de negócios entre privados. A esta estratégia, por sua vez, devem associar-se os apoios existentes ao estabelecimento de novos negócios, com um enfoque particular no empreendedorismo, em startups e em novos processos e produtos de alto valor acrescentado, sem diminuir o papel que os apoios públicos no desenvolvimento e na exploração comercial atualmente desempenham na atividade económica.

**Defendemos um modelo de desenvolvimento económico que se enquadre no âmbito das duas mais relevantes transformações em curso: a digitalização e a transição para uma economia circular. O distrito do Porto, onde se encontra uma atividade económica forte em todos os setores, pode e deve liderar pelo exemplo. Não queremos que nenhuma empresa fique para trás e defendemos que sejam criadas condições para que todos possam beneficiar das oportunidades emergentes. Para alcançar esse objetivo, é necessário prosseguir**



a trajetória de consolidação orçamental e atender ao reforço do investimento público, assim como à incorporação de processos de ciência e inovação nas atividades económicas.



## 5. RESPONDER À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

A consciencialização sobre as **alterações climáticas** tem ditado um novo paradigma na elaboração de políticas públicas, transversal a todas as áreas da sociedade. Os desafios são muitos e os efeitos das mudanças já se sentem hoje. Não são uma miragem distante no tempo, nem uma causa para gerações futuras. As mesmas impactam o nosso crescimento potencial e são uma ameaça à segurança mundial. Portugal assistiu à perda de 13 km<sup>2</sup> de orla costeira pela erosão – com incidência, também, no distrito do Porto – ao incremento da frequência e intensidade de fenómenos meteorológicos adversos e, igualmente, à alteração e ocupação do solo com implicações sobre os recursos hídricos. O XXI Governo Constitucional desenvolveu, por isso, dois instrumentos matriciais para a adaptação do território – a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas e a Estratégia de Longo Prazo para a Neutralidade Carbónica da Economia Portuguesa em 2050. O Governo tem adotado uma postura liderante, à escala mundial, na resposta à **emergência climática**.

Sendo o PS o partido que mais preocupação demonstrou com o ambiente e com a urgência de implementação de uma **política verde colaborativa**, importa que seja também pioneiro na disseminação e adaptação desses mesmos mecanismos. Uma correta articulação com os agentes municipais e intermunicipais, a par de uma legislação clara e abrangente, serão preponderantes para alcançar as metas do Acordo de Paris e concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Ao ser signatário do Acordo de Paris, Portugal comprometeu-se a tomar medidas para assegurar que o aumento da temperatura média global fique abaixo dos 2°C em relação aos níveis pré-industriais, para minimizar os riscos e impactos das alterações climáticas e proteger a produção de alimentos através da capacitação dos territórios para impactos adversos. Defendemos, por isso, o aumento do investimento com o objetivo de promover baixas emissões de gases de efeito estufa, através do incentivo à criação, por exemplo, de fundos ambientais municipais, para promover políticas de combate às alterações climáticas. Tal medida não prescinde de uma fiscalização permanente do cumprimento da legislação existente, nem de uma atualização das molduras sancionatórias, dotando as entidades de apoio e recursos necessários e, ainda, reforçando os mecanismos de monitorização da qualidade do ar e recursos hídricos.

Nesta matéria, num distrito onde existem setores de atividade tão diversos que vão desde o turismo à extração e transformação de granito, importa promover uma agenda de desenvolvimento que, respeitando as singularidades do território, seja capaz de traçar um caminho que salvaguarde o princípio do **desenvolvimento económico sustentável**. Defendemos, neste particular, a simplificação da articulação entre o regime de avaliação de impacto ambiental e outros regimes jurídicos setoriais de controlo administrativo de atividades poluentes, bem como uma melhoria na gestão e encaminha-

mento dos resíduos industriais. De acordo com o Relatório Anual dos Resíduos Urbanos da Agência Portuguesa do Ambiente, em 2018, a produção de resíduos voltou a crescer e atingiu um nível superior a 500 quilogramas por habitante, sendo que apenas 40% desses resíduos foram alvo de reciclagem. Como é natural, os serviços de **gestão de resíduos urbanos** estão, perante estes indicadores, pressionados na recolha e transporte, deteriorando, por vezes, a qualidade do serviço, com consequências nas condições de valorização dos resíduos.

A política de **qualificação ambiental** impõe uma reflexão sobre a aplicação de métodos tradicionais em condições de procura muito distintas, reforçando novas soluções de recolha seletiva que incentivem a reciclagem e a contabilização dos resíduos produzidos para melhorar os resultados da estratégia de prevenção de redução, reutilização e reciclagem. Tal implica, também, a divulgação e sensibilização dos prejuízos associados ao depósito de óleos alimentares na rede de saneamento, contaminando água e danificando canalizações, e da mistura de lâmpadas e pilhas nos contentores indiferenciados ou de recursos seletivos. Por sua vez, devem ser ampliadas as políticas de compostagem doméstica da matéria orgânica, como comida ou papel, para evitar custos ambientais desnecessários.

A Federação Distrital do Porto irá pugnar pela **coesão e solidariedade inter-municipal** no domínio ambiental, defendendo maior colaboração entre os municípios no alcance de condições financeiras e logísticas necessárias para que aqueles que depositam mais de 50% dos seus resíduos em aterro possam melhorar significativamente o seu desempenho. A redução de depósitos em aterros não prescinde de uma inversão de paradigma que contrarie a utilização intensiva de recursos de utilização única ou que apenas são utilizados durante um curto período. A digitalização da economia e a evolução das cadeias de abastecimento logísticas permitem obter o que desejamos de uma forma rápida e relativamente acessível, mas este padrão de consumo está a provocar um conjunto de problemas ambientais não desconsideráveis, com severas consequências na biodiversidade e no despoletar de catástrofes naturais.

Defendemos a promoção da **cidadania ambiental** e o aumento da consciencialização e sensibilização, que pode e deve começar nas escolas, assim como iniciativas de implementação de certificados ambientais, à escala municipal, atendendo a parâmetros como a rede de transportes existente, a tipologia de veículos utilizada, as redes de recolha de resíduos, os incentivos em vigor para a população, o sistema de iluminação pública, a demarcação de zonas inundáveis e a apresentação de riscos de incêndio.

A emergência climática exige hoje uma resposta na transição de uma economia linear para uma **economia circular**. A Federação Distrital do Porto defende, portanto, uma economia resiliente, sustentável e competitiva, multinível, promovida pelos consumidores, empresas e organizações públicas e privadas. Para além da promoção da contratação pública que privilegie a aquisição de bens, serviços e construção que utilizem poucos recursos virgens, pretende-se ampliar as restrições ao nível das embalagens de plástico e apoiar a proibição dos microplásticos e de plásticos de utilização única, em



linha com os avanços dinamizados pelas instituições europeias. Sublinhamos a importância de iniciativas que visam atingir metas de incorporação de plástico reciclável nas embalagens, mas temos a consciência de que é necessário reforçar a ambição.

Defendemos ainda o estímulo económico na promoção da oferta de produtos a granel, o reforço da informação relativamente às garantias dos produtos, o incentivo à reparação através de divulgação dos locais onde o serviço está disponível para cada produto adquirido, o combate ao desperdício alimentar através da promoção de circuitos locais e aproximação da produção ao consumo e a promoção da construção intensiva com materiais reutilizados. Com efeito, e, não obstante tratar-se de uma política pública económica, ainda que com uma dimensão social e de justiça, a **defesa do consumidor** deverá assumir-se crescentemente como uma área de afirmação do designio da sustentabilidade.

A sobre-exploração humana dos recursos naturais – como a água, os minerais, os combustíveis fósseis ou os solos – não é sustentável a longo prazo e o risco de carência coloca em causa a soberania nacional, à medida que a concorrência global aumenta. Nesse sentido, a Federação Distrital do Porto considera que é necessário aprofundar o investimento nos recursos hídricos para a melhoria da qualidade das massas de águas e otimização dos recursos e infraestruturas existentes no âmbito do ciclo urbano da água, implementando sistemas adequados de gestão de lamas nas Estações de Tratamento de Água e controlando e reduzindo perdas nos sistemas de distribuição e adução de água.

Num território que durante décadas apresentou dos cursos de água mais poluídos da Europa, devido à atividade industrial, exige-se maior fiscalização e a implementação de projetos inovadores que aproximem as populações dos rios, como a Paisagem Protegida Local, no Tâmega e Sousa, num total de 1500 hectares de área protegida atravessada pelo rio Sousa, ou o Corredor Verde do Leça, que, para além da preservação dos cursos de água, contribuem para uma melhor gestão, ordenamento e conhecimento da biodiversidade, dos **ecossistemas** e dos recursos geológicos. Adicionalmente, defendemos a maximização da reutilização de águas residuais tratadas e uma maior equidade no investimento público no distrito para colmatar as preocupantes assimetrias territoriais, designadamente entre as suas duas sub-regiões, em matérias como o abastecimento público de água e a drenagem de águas residuais.

A dependência económica das importações, sobretudo no que diz respeito aos combustíveis fósseis, aporta um impacto ambiental significativo, sendo imprescindível a diversificação das fontes de **energias renováveis** endógenas em todo o distrito, que apresenta vantagens comparativas consideráveis para o desenvolvimento de novas tecnologias de geração de energia marinha, biomassa, eólica ou solar, sem prescindir do forte investimento no incremento da eficiência energética nas infraestruturas públicas e no parque habitacional, público e privado.

Apontamos o combate à emergência climática como a causa intergeracional mais exigente do nosso tempo. Pese embora esse objetivo pareça muitas vezes distante de realidades políticas ou geográficas mais circunscritas, impõe-se que esta problemática seja difundida e aprofundada pela Federação Distrital do Porto, sendo que o nosso território se encontra exposto a possíveis fenómenos meteorológicos que temos o dever de evitar. A construção de uma política verde colaborativa, transversal a todos os setores, tem de constituir uma prioridade cimeira na construção do presente e do futuro.

## 6. AFIRMAR O NORTE

### NOS CONTEXTOS

### NACIONAL, EUROPEU

### E GLOBAL

A Federação Distrital do Porto está naturalmente comprometida com o **Programa de Governo** apresentado à Assembleia da República em 2019, acreditando que os quatro desafios estratégicos definidos constituem prioridades centrais da ação política, em geral, e da nossa estrutura, em particular: combater as alterações climáticas, responder ao desafio demográfico, construir uma sociedade digital e reduzir as desigualdades sociais e económicas. Cada um destes quatro eixos prioritários é fundamental para assegurar o desenvolvimento do país e para permitir a melhoria das condições de vida dos Portugueses. Estamos, em igual medida, comprometidos com a **Agenda para a Década**, documento lançado em 2014 que traça as linhas orientadoras da ação política do PS de 2015 a 2024, sendo que nos encontramos precisamente a meio do período para o qual esta carta de intenções e compromissos foi projetada.

A Norte, sempre advogámos uma profunda adesão e integração ao **projeto europeu**. Nas Eleições Europeias de 2019, a lista de candidatos socialistas ao Parlamento Europeu mereceu a confiança de 207.115 cidadãos (mais 6.253 do que nas anteriores eleições) e alcançou a vitória em 16 dos 18 concelhos do distrito. A participação mobilizadora de todas as estruturas partidárias e o imprescindível debate sobre os múltiplos desafios europeus, com os quais ainda hoje nos confrontamos, foram determinantes para a eleição de dois socialistas do distrito no Parlamento Europeu: Isabel Santos e Manuel Pizarro.

Em 2020, a União Europeia encontra-se perante um momento decisivo da sua construção. As discussões em torno da viabilidade do projeto de integração europeu parecem hoje definitivamente superadas, mas algumas incertezas e dúvidas continuam ainda presentes. A participação de mais de 200 milhões de cidadãos nas Eleições Europeias representou um importante sinal de vitalidade e confiança. Todavia, tal circunstância não é por si condição suficiente ou bastante. Do último ato eleitoral, resultou um novo Parlamento Europeu que, apesar de politicamente fragmentado, tem-se mostrado politicamente capaz para construir os consensos necessários. A nova Comissão Europeia, presidida por Ursula von der Leyen, tem afirmado o seu compromisso com políticas europeias orientadas por princípios de solidariedade e coesão, norteadas por um novo modelo económico estruturado no combate à emergência climática: o *European Green Deal*.

A efetivação do **Brexit** merece seriedade por parte de todos os agentes políticos e Estados-Membros. Por um lado, não devemos aceitar que os britânicos participem no mercado interno sem cumprirem as regras de natureza social, ambiental ou laboral que são aplicadas em todo o espaço da União Europeia. Por outro lado, temos a obrigação de respeitar a decisão soberana do Reino Unido e não podemos descurar que é de interesse mútuo manter uma cooperação leal e alargada entre os dois lados do Canal da Mancha. A negociação, que agora se inicia, será muito exigente e dela dependerá, em grande medida, a garantia dos direitos dos cidadãos europeus e britânicos nos dois lados do continente, a paz na Irlanda, com o cumprimento do *Good Friday Agreement*, a continuidade de um mercado europeu aberto, pujante e competitivo e o avanço dos valores democráticos.

Por seu turno, a política europeia em relação aos **migrantes** e aos refugiados necessita de uma renovada ambição. Precisamos de um debate honesto e de decisões corajosas. A União Europeia não pode prescindir dos seus valores fundadores, os **valores humanistas**. Temos a obrigação de compreender que, numa Europa cada vez mais envelhecida, o fluxo migratório deve ser também vislumbrado como uma oportunidade. É necessária solidariedade entre todos os Estados-Membros e muito maior incentivo nas relações com África e com a região do Médio Oriente no apoio à paz, à estabilidade e ao desenvolvimento económico. A Europa sempre foi um continente de várias culturas, etnias e religiões, encontrando na tolerância e no primado do Estado de Direito o cimento da sua união e da convivência comum. Aqui, não subsiste razão para que seja distinto.

O **Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027** será de grande relevância, pois permitirá avaliar o grau de compromisso dos dirigentes europeus com as políticas anunciadas. Este é um *dossier* que se reveste de especial importância para o distrito do Porto e a região Norte. Não é possível uma maior convergência sem que o financiamento acompanhe a ambição. Assim, a Federação Distrital do Porto apoia e saúda as iniciativas do Governo, designadamente no âmbito dos esforços do grupo de Estados “Amigos da Coesão”, do qual Portugal faz parte, por intermédio da ação do Primeiro-Ministro, António Costa.

Uma renovada política europeia, com destaque para o **Novo Pacto Ecológico** e para o reforço do **Pilar Europeu dos Direitos Sociais**, necessita de execução efetiva. Ao discurso político têm de estar associadas políticas públicas inteligentes, no ambiente, na proteção das crianças, no combate às desigualdades de género no trabalho, no salário mínimo europeu, nos programas para favorecer o acesso à habitação ou na defesa do consumidor. Efetivamente, a política europeia deve promover uma maior atenção para a realidade dos direitos no contexto da economia digital, fomentando e materializando o conceito de Soberania Digital Europeia, tangente à cibersegurança, e assim salvaguardando a independência da Europa face aos múltiplos desafios que são colocados pela globalização, com ênfase na proteção dos consumidores e das suas atividades económicas.

O futuro da União Europeia depende de como formos capazes de ultrapassar os desafios elencados, mobilizando, para isso, as instituições europeias, os Estados e as pessoas. A Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, que terá lugar no primeiro semestre de 2021, será uma oportunidade vital para Portugal afirmar a sua liderança no espaço europeu, promovendo o diálogo e a ação para os desafios transnacionais do nosso tempo, em particular na relação com os países africanos.

Como temos vindo a salientar, o papel que o PS desempenha no distrito do Porto obriga-o a refletir lógica e continuamente sobre a inserção da região Norte na **Euro-Região Galiza – Norte de Portugal**. A Galiza e o Norte, com intrínsecas tradições económicas e de interdependência, partilham velhos laços linguísticos, culturais e religiosos, que não esquecemos. As duas regiões encontram-se igualmente ligadas por desafios vividos pelas suas estruturas produtivas. Desta feita, consideramos fundamental edificar uma estratégia política abrangente e articulada entre as diversas estruturas de poder local e regional, com o objetivo de apresentar uma agenda de desenvolvimento renovada e mobilizadora para toda a Euro-região e para o conjunto da sua população, de mais de seis milhões de habitantes. Neste âmbito, mantemos a nossa visão de que a Área Metropolitana do Porto tem condições ideais para liderar uma nova estratégia de desenvolvimento económico regional, dispondo de infraestruturas únicas no contexto deste espaço geográfico.

No que à inserção europeia da Área Metropolitana do Porto diz respeito, continuamos a defender a criação, em Bruxelas, de uma **representação externa permanente**, através da qual se assegure a afirmação de uma voz forte nos processos decisórios das instituições europeias e se potencie, desse modo, uma mais justa distribuição dos fundos europeus de coesão e uma melhor avaliação de oportunidades de investimento e de criação de emprego.

Finalmente, a afirmação da região Norte no contexto global passa indiscutivelmente pelo seu compromisso com aqueles que são os propósitos da Agenda 2030 da ONU e com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** aí vertidos. Estes 17 objetivos, abrangentes, inclusivos e responsáveis, devem auxiliar a condução da nossa ação política, pensando na melhoria das condições de vida dos que nos rodeiam, sem hipotecarmos a qualidade de vida das gerações futuras. O multilateralismo constitui, inequivocamente, a única forma possível de um vasto conjunto de povos, com especificidades tão distantes, coabitar o mesmo planeta.

**Reconhecemos a afirmação do distrito do Porto e da região Norte nos contextos nacional, europeu e global como sendo cada vez mais necessária, acompanhando a emergência de novas realidades geopolíticas e a adoção e implementação de agendas multilaterais à escala global. Acompanhando as posições do Estado português nas matérias respeitantes aos assuntos europeus e aos negócios estrangeiros, não é**



possível ficarmos indiferentes ao que se passa na Europa e no mundo, com especial incidência no projeto europeu, porque é também nesses palcos que são tomadas decisões com profundo impacto nas nossas comunidades.



## 7. INOVAR NAS FÓRMULAS DE PARTICIPAÇÃO CÍVICA E PARTIDÁRIA

Hoje, são muitos os que encaram uma **participação ativa**, nos contextos cívico e partidário, como desnecessária ou desprestigiante. O afastamento simbólico dos cidadãos, em geral, dos seus representantes tem conhecido novas etapas e dinâmicas, um pouco por toda a Europa, que constituem oportunidades para a afirmação, direta ou indireta, de projetos políticos demagógicos e populistas. Como tem sido provado, Portugal não está imune a esses movimentos, que jamais podem ser aceites ou negligenciados. Daqui resulta a necessidade de estimular uma preocupação acrescida na forma como nos organizamos, como nos relacionamos com os militantes, com os cidadãos, com as instituições e com os movimentos sociais. É necessário agir. Nos últimos anos, procurámos ir ao encontro destes anseios, desde logo investindo numa comunicação mais moderna, regular e atual, assim como dinamizando, nas mais diversas circunstâncias, uma cultura de diálogo e interação com a **sociedade civil**.

Para a missão de vencer a desconfiança da sociedade nos palcos formais da política, são necessários todos, sem exceção: os militantes e os simpatizantes, os mais experientes e os mais jovens, os dirigentes e os eleitos em nome do PS. Pese embora a Federação Distrital do Porto ter vindo a trabalhar no sentido de aproximar e de fomentar o diálogo entre todos estes agentes, existe ainda um longo caminho a percorrer. Numa lógica de desenvolvimento de trabalho em proximidade e de valorização do trabalho dos eleitos do PS, é fundamental promover um exercício sério e permanente de **prestação de contas**, nas diversas instâncias do partido. Este é, indiscutivelmente, um fator que, por um lado, permite fortalecer a relação de proximidade, por via de um contacto mais direto com os cidadãos, e, por outro, reforça a credibilidade e a confiança depositada nos eleitos. Reconhecemos na modernização e inovação tecnológica um importante veículo de difusão de informação, que pode e deve ser utilizado em matéria de prestação de contas. Como iniciativa inovadora de prestação de contas vamos realizar anualmente umas **Jornadas Parlamentares Distritais**, em que serão envolvidos todos os deputados eleitos pelo distrito do Porto e será realizada, de forma transparente, a monitorização da evolução do programa eleitoral de base distrital com que nos apresentámos às Eleições Legislativas de 2019.

Comprometemo-nos a valorizar todas as **estruturas do PS**, independentemente do seu âmbito geográfico ou setorial, reconhecendo que a abertura de uma estrutura política à sociedade é condição necessária à sua afirmação, mas valorizando que a organização é a base de um partido e quem lhe

dá vida quotidianamente são os seus militantes e simpatizantes. As estruturas concelhias e de secção, em particular nos próximos dois anos, terão em mãos a responsabilidade de dinamizar, em articulação com os demais órgãos estatutários, a participação do PS nas Eleições Autárquicas. Serão, como tal, particularmente necessárias a mobilização e interação com a Federação Distrital do Porto. Pela permanente discussão de ideias, comprometemo-nos a assegurar a organização do Fórum das Estruturas Setoriais, por forma a compreender às especificidades do seu trabalho e às problemáticas de maior incidência, promovendo uma maior abrangência do campo de atuação do PS. Pretendemos ainda simplificar tudo o que seja burocrático e não detenha caráter obrigatório, respeitando os Estatutos, assim libertando mais tempo para a ação política no **terreno**.

A Federação Distrital do Porto aponta como imprescindível o fomento de condições de atratividade para que as novas gerações se revejam em contextos de participação político-partidários. Faremos valer a voz da **Juventude Socialista** (JS), a maior organização política de jovens de Portugal e fundamental alicerce da renovação do projeto socialista. Para esse efeito, será necessário melhorar as condições de exercício da sua atividade política, em pleno respeito pela autonomia estatutária, assim como facilitar a participação dos seus militantes e a sua própria inscrição no PS. É imperioso assegurar o envolvimento das novas gerações na política, mobilizando os jovens para o centro da discussão. Urge permitir a sua integração, ouvir as suas necessidades e, naturalmente, atender às suas ideias. A JS deve ser apoiada sem paternalismos e terá um papel fulcral no projeto político a desenvolver ao longo dos próximos dois anos, depositando-se na sua atividade a mais-valia da diversidade de ideias que espelha as preocupações da juventude atual.

Pelo que enunciamos anteriormente no domínio da igualdade de género, em particular num contexto de maior equilíbrio na participação política, contamos com o contributo muito relevante das estruturas das **Mulheres Socialistas - Igualdade e Direitos** (MS - ID), agora também com uma presença geográfica mais consistente, a nível concelhio. É fruto, justamente, de uma ação articulada entre todas as estruturas concelhias e de secção, sem esquecer a JS e as MS - ID, que melhor podemos afirmar o nosso projeto político, salvaguardando a defesa do Governo, mas, em simultâneo, a necessidade de debatermos as especificidades do distrito do Porto e da região Norte.

O PS pretende atrair com a sua ação cada vez mais pessoas para uma militância ativa e participada, dos diversos setores da sociedade civil, mas também de diferentes faixas etárias, considerando particularmente importante o enfoque naqueles que, apesar de ainda não completarem a idade mínima de militância no PS, por ainda terem 16 ou 17 anos, serão os decisores do futuro e, em particular, dos próximos escrutínios eleitorais. Continuaremos a incentivar e proporcionar a realização de sessões de acolhimento de **novos militantes** por parte das estruturas territoriais e setoriais, por acreditarmos que estes mecanismos são potenciadores do sentimento de identificação partidária e de compreensão do nosso modelo de funcionamento.

A valorização da militância é feita também com a abertura da discussão de ideias à sociedade. Compete ao PS fomentar a participação e estimular a troca de ideias, para que se formulem conceitos mais próximos da realidade dos nossos cidadãos e, desta forma, satisfazer as pretensões de todos. Nesse sentido, importa aprofundar uma visão, por vezes, menos centrada no modelo hierárquico do partido e mais centrada na articulação de iniciativas com organizações relevantes nos planos distrital, regional e nacional. Essa tem sido uma marca de água da nossa intervenção, mas, particularmente nos próximos dois anos, a capilaridade desta intervenção tem de ser reforçada. Com as ligações estreitas entre o PS e a sociedade cria-se a necessidade de ligação aos **movimentos sociais**, à esfera laboral e, conseqüentemente, aos sindicatos. O papel dos movimentos sociais é fundamental nas lutas dos direitos dos cidadãos, pelo que é nossa função estabelecer um diálogo contínuo, assim dando voz a um conjunto de causas e preocupações partilhados pela sociedade.

Particularmente num período marcado por eleições, torna-se essencial que a **comunicação** com os militantes e com os eleitos locais seja feita de forma rápida e eficaz. Importa que a atualização dos dados de contactos seja realizada em estreita cooperação com as estruturas concelhias e de secção, procurando-se novas formas de compilação e tratamento de dados específicos, como ferramenta de autoconhecimento do distrito e das suas assimetrias. Na era digital em que vivemos, em que o acesso é praticamente universal a um conjunto alargado de informação, e em que a disseminação de conteúdos é quase imediata, é imprescindível que a Federação Distrital do Porto mantenha uma presença assídua, quer através de um sítio de Internet atualizado e interativo, quer por intermédio das diversas redes sociais ao seu dispor. De igual forma, procederemos à elaboração e divulgação regular de uma publicação, sob a forma de boletim estatístico, que possa contribuir como instrumento de debate político, junto dos nossos militantes, simpatizantes e estruturas partidárias.

Por último, importa sublinhar que a valorização da militância não se faz, naturalmente, por decreto ou imposição. Requer, sim, um exercício de reflexão e debate que respeite a **pluralidade**, com vista à construção de um projeto global, que será tão mais preparado e resiliente quanto maior for a aposta no conhecimento e na formação política. Assim, comprometemo-nos a colocar nas prioridades de ação dos próximos dois anos a adoção de modelos de formação, em constante articulação com o Gabinete de Estudos, que funcionará junto dos órgãos federativos, mas também em proximidade com as estruturas concelhias e de secção.

**O sistema partidário e o próprio regime democrático enfrentam hoje sérios desafios, tendo em consideração os elevados níveis de desconfiança nas instituições. Temos de pugnar pela melhoria do exercício da participação, valorizando as nossas estruturas, assim como a Juventude Socialista e as Mulheres Socialistas - Igualdade e Direitos.**

A afirmação presente e futura de uma organização político-partidária depende da articulação que estabelecer entre simpatizantes, militantes e sociedade civil, sem negligenciar a necessidade de atualizar, em permanência, os seus canais de comunicação. Comprometemo-nos a organizar, inovar e dialogar em proximidade.



## 8. VENCER AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2021

Os resultados das Eleições Autárquicas de 2017 foram categóricos. Nesse ano, o PS voltou a ser o **maior partido autárquico** do distrito do Porto, vencendo 11 das 18 câmaras municipais e conquistando 120 das 243 juntas de freguesia, situação que não se verificava desde os anos 90 do século passado. Ao fim de 20 anos, recuperámos a presidência da Área Metropolitana do Porto, assegurámos a liderança da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e presidimos também à delegação distrital da Associação Nacional de Freguesias.

Valorizar o trabalho autárquico implica reforçar o número de mandatos nos mais diversos órgãos, não esquecendo a preponderância das assembleias municipais e de freguesia, onde hoje já contamos com mais de 1000 eleitos pelo PS. Organizaremos, de modo mais expressivo, uma linha de intervenção própria para os eleitos nas freguesias, apoiando a ação dos nossos presidentes de junta e dos membros das assembleias de freguesia, de modo a reconhecer e enaltecer a ação dos políticos que estão mais próximos dos cidadãos.

No último ato eleitoral autárquico, vencemos, pela primeira vez, nos concelhos do **Marco de Canaveses** e de **Paredes** e recuperámos os históricos e simbólicos concelhos de **Matosinhos**, perdido em 2013, e de **Felgueiras**, perdido em 2005. Em **Baião**, concretizou-se uma transição perfeita entre executivos socialistas e, em **Gondomar**, **Lousada**, **Paços de Ferreira**, **Santo Tirso**, **Valongo** e **Vila Nova de Gaia**, os presidentes socialistas foram reeleitos com vitórias eleitorais muito significativas. Com esta nova realidade política, modificámos radicalmente a vida do distrito, em favor da qualidade de vida das populações.


Importa, agora, assegurar a preparação das próximas Eleições Autárquicas. O ponto de partida é positivo, mas esse facto não enfraquece a ambição de conquistarmos cada uma das autarquias do distrito. Queremos vencer porque acreditamos que uma gestão autárquica socialista aporta evidentes vantagens para as pessoas. E essa é uma linha de força que queremos salientar na condução política da Federação Distrital do Porto. Concentraremos esforços na organização de iniciativas, promoção de diálogos e suporte da atividade das estruturas socialistas do distrito com o objetivo, desde o início do mandato, de favorecer as condições de **vitória** em cada concelho e em cada freguesia. Desde logo, promoveremos uma grande convenção autárquica distrital do PS, de afirmação do nosso projeto autárquico distrital. Nesse contexto, promoveremos iniciativas de valorização de boas práticas de governação autárquica compatibilizando as especificidades do nosso território e sublinhando a diferenciação da intervenção dos socialistas nas nossas comunidades.

Os 11 presidentes de câmara municipal socialistas estão em condições de se recandidatar e o nosso papel será o de, em articulação com as respetivas estruturas concelhias, propiciar o **clima político harmonioso** para que isso aconteça. Essa será a nossa orientação. Naturalmente, olharemos para todos os restantes municípios com ambição e sentido de responsabilidade. O PS não encara como perdido nenhum combate eleitoral. Em cada local, devemos construir de forma aberta e participada o melhor projeto político e encontrar os protagonistas que possam assegurar o seu sucesso. Não desistiremos de ninguém. Lutaremos para recuperar as câmaras que já foram socialistas, como **Vila do Conde, Trofa, Amarante, Penafiel** ou **Maia**, onde os nossos valores, a nossa criatividade e a nossa competência estão a fazer muita falta. E não deixaremos de lutar vigorosamente pela conquista da Câmara Municipal da **Póvoa de Varzim**, onde urge proporcionar aos cidadãos desse concelho, pela primeira vez, uma experiência de governação municipal socialista.

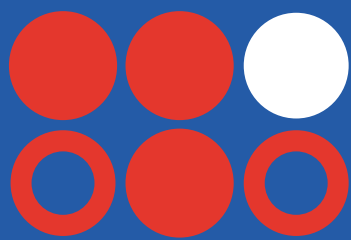
Quanto ao **Porto**, desde a saída do PS da coligação que governava a cidade, temos assistido, paulatinamente, à degradação da governação municipal. A atual maioria ignora os principais problemas do Porto e resigna-se a uma cidade cada vez mais desigual, onde as pessoas com menos recursos, as classes médias e os jovens não têm lugar. O PS apresentará um projeto político abrangente e de progresso e um candidato forte com o objetivo de ganhar os órgãos autárquicos portuenses. Os socialistas nunca desistiram do Porto e os portuenses sabem que poderão sempre contar connosco.

**Ambicionamos vencer as próximas Eleições Autárquicas e assumimos esse objetivo de forma clara e inequívoca. Lutaremos pela vitória em cada um dos municípios e em cada uma das freguesias, conscientes da importância desse escrutínio eleitoral para as pessoas e para o Partido Socialista. À Federação Distrital do Porto não faltará vigor na afirmação das potencialidades dos projetos autárquicos socialistas e na apresentação de uma visão conjunta para o distrito, que atenda às especificidades de cada território, mas responda, em conjunto, aos grandes desafios que nos unem e mobilizam.**

O 1º Subscritor da Moção:



Manuel Pizarro



**CONTINUAR UNIDOS**  
PELAS VITÓRIAS DO PS

MANUEL PIZARRO 2020